

LEMBRANÇAS DE UM ESQUECIMENTO: HISTÓRIAS INSTITUINTES

Ângela Maria Gomes Ribeiro Fernandes¹

Resumo

Este artigo foi tecido tendo como fundamento minha tese de doutoramento do programa de pós-graduação de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que colocou em análise as vivências de alfabetizandos, bolsistas alfabetizadores, coordenadores de turma do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), de 37 (trinta e sete) municípios pesquisados das regiões dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Trata-se de uma análise que se propõe a passar por fora das instituições cristalizadas, percorrendo as tecnologias de poder que as produziram, operando descentramentos. No mesmo sentido, as práticas cotidianas construíram analisadores, levando a problematizar as linhas que as produzem.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação popular. Micropolítica. Produção de subjetividades. Experiências instituintes.

REMEMBERING A FORGOTTEN: INSTITUTIVE STORIES

Abstract

This article was woven based on my doctoral thesis of the postgraduate program of Public Policies and Human Formation (PPFH) of the University of the State of Rio de Janeiro (UERJ) that put into analysis the experiences of literacy students, literacy scholars, coordinators of the class "Programa Brasil Alfabetizado" (PBA), of 37 (thirty seven) municipalities surveyed in the regions of the Mucuri and Jequitinhonha valleys. It is an analysis that proposes to pass outside the crystallized institutions, going through the technologies of power that produced them, operating decentralization. In the same sense, everyday practices built analyzers, leading to problematizing the lines that produce them.

Keywords: Publics politics. Popular education. Micropolitics. Subjectives production. Institutive experiences.

Caminhos desta escrita

1 Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), diretora do Centro Educacional (PROCREO) e professora da Universidade Cândido Mendes Pólo Nova Friburgo (UCAM).

Neste texto me debrucei sobre as práticas observadas durante a consultoria que realizei para o Ministério de Educação (MEC) no contexto do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) em 2010 e durante os anos de convívio com os alunos deste segmento de ensino, foram valiosos porque, para mim, pensar e escrever são fundamentalmente práticas de resistência. Ao registrar a história como possibilidade de contar certa história, me proponho a escrevê-la sob a ótica não oficial, a partir da perspectiva da margem. E por mais que se queira soterrar as margens, elas invadem por gretas, tal a potência dos acontecimentos².

A “ótica oficial” de construção de uma história recorre a fontes comumente credenciadas, tais como publicações, legislações, entre outras, mas em uma perspectiva da margem pretendo buscar a história através da ótica de atores cujas falas não são expressas em documentos ditos oficiais, cujas lógicas e perspectivas são encobertas pelos interesses da história produzida como oficial. Pretendi dar ouvidos a essas vozes, a partir não das formas já constituídas, dos lugares e limites já definidos, mas DA MARGEM, possibilitando acessar as lógicas contidas nas relações, desterritorializando o lócus oficial que produz o sentido de centro, não esquecendo o que nos diz Deleuze: “[...] escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em vias de se fazer... É um processo, ou seja, uma passagem de vida que atravessa o vivível e o vivido” (1993, p.11).

Leila Domingues Machado (2004, p.149) complementa:

[...] é o próprio corpo daquele que ao ser percorrido pelas leituras se apossou delas e faz sua afirmativa. A escrita pode transformar a coisa vista ou ouvida em batalhas. Ela transforma-se em um

² Segundo Foucault (2001, p.949) “[...] não é a metafísica de uma substância que possa fundamentar todos os seus acidentes; não é a metafísica de uma coerência que os situaria em um nexos baralhado de causas e efeitos. O acontecimento – a ferida, a vitória-derrota, a morte – é sempre efeito, inteiramente produzido por corpos que se entrecrocaram, se misturam ou se separam; mas esse efeito jamais é da ordem dos corpos [...]. As armas que desfazem os corpos formam sem cessar o combate incorporal. A física diz respeito às causas; porém os acontecimentos, que são seus efeitos, já não lhe pertencem”. A partir das ideias de Foucault, Lechuga (2007, p.197) entende como acontecimento “[...] uma relação de forças que estão em jogo na história, que obedecem mais ao azar da luta, que ao destino de uma mecânica. Também indica a passagem de uma episteme à outra, da clássica à moderna, e instaura novas práticas. Para analisar acontecimentos é essencial vincular discursos, instituições e práticas”.

princípio de ação. Em contrapartida, aquele que escreve se transmuta em meio a esse emaranhado.

Foucault nos alenta quando em seu discurso dá importância a esses acontecimentos que passam à margem, despercebidos ou desqualificados na história oficial, que acontecem ENTRE³, como a costurar margens desses saberes que em vozes querem calar. Com a palavra o filósofo:

[...] Basta que elas existam e que tenham contra elas tudo o que se obstina em fazê-las calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer. [...] é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não tem a forma da evolução, mas justamente a da “história”. (FOUCAULT, 2006, p.80)

A análise parte das práticas sociais e históricas produtoras de saberes e é uma proposta metodológica que acompanhou a escrita deste texto.

[...] é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela; pois é por isso que existe o que chamei anteriormente, usando uma expressão popular, de “parte oculta do *iceberg*”: porque esquecemos a prática para não mais ver senão os objetos que a reificam a nossos olhos. (VEYNE, 2008, p.243)

Para o relato das vivências com os sujeitos que dão vida às minhas histórias, como dito, pretendi discorrer na perspectiva microfísica das relações porque é através das práticas que poderei estabelecer uma discussão das histórias de vida dos alfabetizando jovens, adultos e idosos. Pretendo, portanto, dialogar com a experiência instituinte, que segundo Linhares (2004)

[...] se afirma como uma experiência comum, partilhada por um grupo, contrapondo-se desta forma à experiência pontual e fragmentada do sujeito isolado de seus pares. É uma experiência

³ Para discorrer sobre essa noção, ENTRE, vou me utilizar do conto “A terceira margem do rio” de Guimarães Rosa (2005, p. 77-82), que conta a história de um homem que se isola da família e da sociedade, preferindo a completa solidão do rio e que dentro de uma canoa rema “rio abaixo, rio afora, rio a dentro [...]” e por contradizer os padrões “normais” de comportamento é tido como um desequilibrado. ENTRE para mim é como a terceira margem do rio, um costurar de margens invisíveis, o barco do pai que “não pojava em nenhuma das duas beiras, nem nas ilhas e croas do rio, não pisou mais em chão nem capim” num não-lugar ENTRE, que ao se fazer lugar (o rio, as margens, o pai, o filho...) se desterritorializa em possibilidades.

aberta, não se afirma como “símbolo”, com um significado unilateral, mas como “alegoria” por seus múltiplos sentidos e leituras. Podemos ainda articular este conceito ao sentido de “origem” em Benjamin, pois o instituinte, na perspectiva de nossa pesquisa, não se confunde com o “novo”, mas sim é uma busca constante do movimento emancipador, movimento este que articula passado, presente e futuro. Contrapondo-se ao modismo e a uma reprodução estática do passado, a experiência instituinte sinaliza a densidade da experiência humana ao rememorar, recuperando, assim, o sentido de uma memória viva, pulsante onde o olhar para o passado potencializa o presente e nos ajuda na construção dos projetos de futuro, pois que é ancorada em uma memória que é capaz de prometer (Site: www.revistaaleph.com/home).

Como princípio metodológico proponho trabalhar com os descentramentos explicitados por Foucault em **Segurança, Território, População** (2008), mais especificamente na “Aula de 8 de fevereiro de 1978”, por propor passar por fora do que se convencionou chamar instituição, para encontrar o que ele chama de tecnologias do poder, que “[...] determinam a conduta dos indivíduos, os submetem a certo tipo de dominação e consistem em uma objetivação do sujeito” (FOUCAULT, 1990, p.48), questionarei neste trabalho como algumas práticas vão se constituindo.

Outro movimento necessário ao descentramento é desfocar o ponto de vista interno da função, e aí pretendo questionar como as táticas e estratégias do sistema educacional do PBA estão sendo produzidas e de que maneira operam.

O descentramento está na recusa em assumir as relações como já prontas, bem como medir instituições, práticas e saberes com o metro e a norma de um objeto dado. O desafio se impõe ao apreender o movimento pelo qual se constitui o objeto. Este se constitui por meio de tecnologias movediças que vão construindo um campo de verdade com objetos de saber.

Os deslocamentos dos descentramentos produzem efeitos de desinstitucionalização, desfuncionalizando as relações de poder. E é desta feita que estabelecerei a genealogia das práticas do PBA, observando como se formam, como se transformam, como se desenvolvem, como se multiplicam a partir de algo diferente delas mesmas.

Vou me utilizar de falas como ferramentas analisadoras, pois esses podem problematizar o não-dito institucional, interrogando a construção dos discursos e as condições de sua produção (LOURAU, 1993). Os analisadores insurgem dos relatos, que colocam em questão a negação de direitos, a naturalização das perdas, as desqualificações, as subjetividades domesticadas e tantas outras relações problematizadas nesta escrita. Trago para o texto as falas das pessoas tal qual eu as escutei e grafei, tentando preservar a boniteza sonora do dito e, não necessariamente, vertendo-as para a norma padrão da língua portuguesa.

Descrita a maneira pela qual caminhei nesta construção, findo este pequeno arremedo de texto, de problematizações que se compõem em desafios, trago as palavras simples, mas nem por isso fáceis, de Freire (2001), nunca abandonando os sonhos que nos movem ao caminhar permanente de desterritorializações e linhas de fuga, porque como trapezistas desta vida aprendemos as rizomáticas possibilidades deste caminhar. “[...] o tempo histórico sendo feito por nós e refazendo-nos enquanto fazedores dele. Daí que a educação popular, praticando-se num tempo-espaco de possibilidade, por sujeitos conscientes ou virando conscientes disto, não possa prescindir do sonho” (IBIDEM, p.9).

Quero lançar um grito desumano...

Pai afasta de mim este cálice [...]

Como é difícil acordar calado

Se na calada da noite eu me dano

Quero lançar um grito desumano

Que é uma maneira de ser escutado

Esse silêncio todo me atordoa

Atordoadado eu permaneço atento

Na arquibancada pra a qualquer momento

Ver emergir o monstro da lagoa

Chico Buarque

Há sempre subjetivações constituídas por práticas de assujeitamento ao atual capitalismo, pois as forças que administram tal sistema já entenderam há muito tempo que a produção de subjetividade é tão importante quanto a produção material de bens

de consumo, como bem explanam Guatarri e Rolnik (1996). Mas também pode haver subjetivações constituídas por práticas de liberdade, quando há o descompromisso com as formas instituídas em experiências do cotidiano para a invenção de novas formas de vida articuladas a práticas. Há os modos de subjetivação, tais como: indiferença, insensibilidade, medos, segregações que pontuam a violência cidadina. Não existe um “modelo” natural de subjetividade, pois ela se apresenta de forma variável nos processos sociais, históricos, políticos, econômicos Assujeitamentos instituídos, subjetividades emergentes e, como diz Pelbart (2000, p.20), “[...] subjetividades extemporâneas ou intempestivas que experimentam futuros ainda impalpáveis”.

E Calvino como a escutar meus anseios por mergulhar num contexto tão diferente do que vivo e com todos os meus sentidos procurar perceber, beber com os olhos essa realidade⁴ que, ainda difusa, pretendo, apropriando-me dela, torná-la potente:

Quem nos dera fosse possível uma obra concebida fora do *self*, uma obra que nos permitisse sair da perspectiva limitada do eu individual, não só para entrar em outros eus semelhantes aos nossos, mas para fazer falar o que não tem palavra, o pássaro que posa no beiral, a árvore na primavera e a árvore no outono, a pedra, o cimento e o plástico... (CALVINO *apud* PELBART, 2000, p.20)

E digo que o que não tem palavra já fala e cria tantas outras palavras como no imaginário de Manuel de Barros, onde a parede, um chão com suas múltiplas imperfeições, fazem dos olhos pesquisadores incansáveis na inventividade do que presenciam. E é com esta perspectiva que escrevo as histórias de vida, os acontecimentos, lendo em cada palavra escrita em meu diário de campo, o escrito e o não escrito, o visível e o não visível, não de forma dicotômica, mas como num balé de movimentos suaves, cuja cortina abre e fecha ao sabor do vento deixando por vezes ver a bailarina, por vezes suas expressões e por vezes dar asas à imaginação de quem a

4 Realidade do fazer calar premeditado e medido com a régua da prepotência, da arrogância e das verdades dos empoderados pelo sistema econômico vigente, realidade da pobreza e suas contingências, que para mim ainda por vezes de forma inexplicável faz festas, abre-se em risos e sorrisos e lateja a vida em toda a extensão desta palavra.

vê. Num balé de “subjetividades de dobras do fora”. E assim explica Pelbart (2000, p.16): “[...] o Fora pode ser concebido como o campo em que pululam as forças na sua velocidade infinita”.

À medida que as histórias eram contadas eu ficava querendo relacionar o ouvido com o já ouvido e ia delineando as cenas dos relatos, imaginando os cenários, viajando nas possibilidades e em outras possibilidades de ter sido. Mas a forma como eu fazia a leitura dos acontecimentos nem sempre me parecia ser o que foi. De onde estou olhando? Como o estou fazendo? E, por vezes, o cenário do vídeo “Vida Maria”⁵ estava explícito nas falas que naturalizavam aquela cadência de vida; como se fosse um círculo vicioso sem linhas de fuga, sem outras perspectivas. Mas será mesmo? E o caderno com o nome de tantas Marias me dava a possibilidade de ver a história sobre o prisma das resistências. Em algum momento de suas vidas elas sonharam em escrevê-la de outra maneira? Será que o cotidiano de premências anestesiou essas possibilidades? De que maneira continuaram sonhando? De que modo essa lógica não era outra? Por que tinham que querer aprender a norma padrão? Até que ponto isso fazia parte de seus desejos? Será que essa não seria a minha lógica querendo fazer uma leitura, a leitura de um mundo que adentrei para analisá-lo? Com que concepção de vida estava eu ali, lendo esse mundo tão distante do meu com as lentes que eu conhecia e escolhi? Por que propósito o olhar para outra realidade se dá a partir de um certo olhar considerado como parâmetro?

A senhora que era emprestada: naturalização das perdas e exploração.

Na verdade, 99% da população de que falam nossas histórias não escreve. O discurso historiográfico impõe como história da sociedade uma tautologia que faz com que sempre “os mesmos” (aqueles que escrevem) sejam os autores, os leitores e os privilegiados por esses estudos. Todo o resto é silenciosamente reprimido por esse círculo do mesmo. (CERTEAU, 2001, p. 157)

⁵ Curta metragem de Ramos (2000) que apresenta um ciclo na vida de Maria José, que é obrigada a largar os estudos para ajudar nas tarefas diárias da família. Assim como todas as Marias, em sua infância, Maria José gosta mesmo é de “desenhar palavras” em seu caderno. Repreendida pela mãe, Maria vai ao quintal executar as tarefas da casa. De forma brilhante, Ramos mostra a repetição deste ciclo passando ao menos por três gerações.

Era a sala de uma fazenda, mesa grande, cheiro de frutas e bosta de vaca e as mãos calejadas de dedos grossos iam articulando uma história. Projetada para ser contada para mim?

Até que ponto minha presença, enquanto pesquisadora estava interferindo naquele relato, que não podia ser gravado “para não se perder o cálculo da prosa”?

Estava no Vale do Jequitinhonha, a tarde se fazia noite e os lampiões davam um clima bucólico àquele ambiente visto através de janelas com cortinas de renda de bilro. A emoção descia naquele rosto cansado e castigado pelo sol e nossas mãos se entrecruzaram num gesto de solidariedade, minha garganta apertava, minha respiração se fazia difícil e não pude controlar as lágrimas que banhavam bailarinas meus olhos.

Hoje, fazendo a análise do que vivi naquele instante, reporto-me ao filme “Lugar nenhum na África” (2001), no momento em que a judia alemã refugiada na África do nazismo se depara com uma senhora idosa deitada embaixo de uma árvore, e corre para “socorrê-la” solicitando que a retirassem dali e a transportassem para casa. Seu guia *Kimani* contou que as hienas levariam o corpo dela de noite, se ela morresse na cabana não seria mais pura o que custaria um grande sacrifício à família para purificá-la. Era uma tradição. Enquanto a “*mensaad*” (mulher branca) chorava, a filha da senhora se aproxima e lhe diz: “Minha mãe não morrerá só. Os ancestrais estão com ela. Ela não tem medo”.

Nossas lentes nos enganam e, por mais que saibamos haver muitas possibilidades de se ler um acontecimento somos capturados pela estreita via com que a sociedade branca, cristã, piedosa, faz-nos enxergar.

Ana Soares, Donana, nasceu em Almenara na região conhecida como Trevo da Bandeira, no baixo Jequitinhonha, numa fazenda chamada Aliança que, segundo ela, era atravessada pelo Rio Marobo. Nunca estudou porque não tinha condições de sair da fazenda. Durante nossa conversa me disse: “vim fazê o nome com quatorzi ano, quando vim pra Almenara trabaiá como babá de um menino de oito ano e ele me insinou”.

Donana foi criada junto com seus nove irmãos “fazendo roça na lavoura”. Quando fez quatorze anos, o pai se separou da mãe. Não tendo como a família sobreviver, os vizinhos “pegaram as menina pra trazê pra Almenara pra trabalhar e ajudá a mãe a criar os irmão pequeno”.

Trabalhou nesta casa como babá uns seis anos, quando então foi “emprestada” para a mãe de sua patroa que morava em Vitória, no estado do Espírito Santo e depois, como a sobrinha da mãe de sua patroa “carecesse” muito, foi emprestada para ela, e mudou-se para o estado de São Paulo.

Donana voltou para Almenara trazendo um filho de oito anos e sua patroa (durante a contação de todos seus “empréstimos” percebi que se referia, como sua patroa, a primeira casa onde trabalhou como babá) a ajudou a comprar uma casa. Voltou a trabalhar na roça junto com o marido numa fazenda de sua patroa em Rubim, município limítrofe de Almenara, plantando o que chamou de “braquiana”⁶, capim para alimentar o gado leiteiro, e deixou o filho estudando em Almenara sob os cuidados de sua mãe.

Seu filho passou em segundo lugar para a faculdade de enfermagem, mas ela não tinha condições de mantê-lo. Nesse meio tempo se separou do marido. A patroa ofereceu a ela que cuidasse da fazenda e mandasse o seu filho, Alan, para São Paulo, para a casa onde ela havia sido emprestada, e ele nasceu. Sonia (nome da pessoa que a teve por empréstimo em São Paulo) ficou sendo madrinha do menino e o acolheu.

Prosseguindo, nos diz orgulhosa Donana: “hoje ele é enfermero deplomado e trabaia no posto de saúde de Rubim e já está comprano seu carrinho”.

Donana já se aposentou, mas continua trabalhando para a mesma família: “é bom praque ganha dos dois lado”.

Quando ano passado veio a alfabetizadora do PBA visitar a fazenda, ela e vários vaqueiros não sabiam ler, assinavam os recibos “com o dedo” ou “desenhando o nome”. “Pruque tudo aqui é anotado”, o nome da vaca, número da vaca, quantidade

⁶ O capim Branquiária é uma espécie forrageira que, se bem adubado, poderá contribuir para melhorar a cobertura do solo e reduzir a invasão de plantas daninhas. Servindo não só de alimento para o gado, como também para estar cobrindo o solo na produção, por exemplo, do milho.

de litros retirados da vaca. O patrão então resolveu fazer “uma escolinha” na varanda da casa da fazenda, “mode pra nois anotá direitinho o sirviçu”.

E quando eu esperava um desabafo dessa negra de cabelos brancos ela termina sua conversa com as seguintes palavras: “o patrão aqui é um pai queu não tive”. Palavras molhadas de gratidão.

Fiquei pensando em Donana como um objeto que se empresta e vai se desgastando, um objeto que não tem vida própria, que não faz escolhas, fazem por ele. Mas também pensando em quanta presunção achar que sou livre, que sempre posso fazer escolhas. Aliás, o que eu fazia ali como consultora do MEC? O que seria escolher? E me vem à memória a cantiga de roda: “Escravos de Jó jogavam caxangá/Tira, bota, deixa o Zé Pereira ficar/Guerreiros com guerreiros fazem zigue zigue za”. Donana, o caxangá que foi da fazenda para Almenara, para Vitória, para São Paulo, para Almenara, voltou para fazenda em Rubim e lá permaneceu.

As diferentes vidas e culturas, as maneiras de ver os acontecimentos através de vivências, mergulhar num poço desconhecido e não reconhecer seus paradigmas, seus conceitos, estremecer uma vida inteira, ficar sem chão... Desordenar as coisas, misturá-las e começar a tentar organizar. Organizar, pôr ordem, o que sempre aprendi e é como me sinto confortável para atuar. Mas é para se sentir confortável? É para sentir alguma coisa definida? Esta deve ser a questão: uma história que mexeu muito mais comigo do que com Donana, fez-me ver que também não sou livre. Quanta aprendizagem ao analisar a história de Donana!

Trago aqui uma reflexão de Ianni que, parafraseando o poeta espanhol Antonio Machado, me diz:

[...] Quem viaja larga muita coisa na estrada. Além do que larga na partida, larga na travessia. À medida que caminha, despoja-se. Quanto mais descortina o novo, desconhecido, exótico ou surpreendente, mais liberta-se de si, do seu passado, de seu modo de ser, hábitos, vícios, convicções, certeza. Pode abrir-se cada vez mais para o desconhecido. No limite, o viajante despoja-se, liberta-se e abre-se, como no alvorecer: caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar. (2000, p. 29-30)

Não poderia deixar de analisar a vida de Donana sob a ótica marxista da exploração do trabalho. No escravismo e feudalismo, ambos, segundo Marx (1996) modos de produção baseados na exploração de classe, a produção tende a satisfazer as necessidades dos produtores e da classe exploradora, o trabalhador em geral consome parte do que produz. No capitalismo é diferente, cada produtor não pode satisfazer suas necessidades a partir de sua própria produção, vende a força de trabalho a outro produtor, o que os torna interdependentes.

A exploração se dá através da mais-valia que é a forma peculiar de existência do trabalho excedente no modo de produção capitalista. Considerando um trabalhador com oito horas de jornada de trabalho e que seu trabalho em menos horas baste para compor o valor do salário a ser pago, as demais horas que ele labuta vão compor a mais-valia que é apropriada pelos donos dos meios de produção. Ela surge da diferença entre o valor criado pela força de trabalho e o valor da própria força de trabalho.

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa. (MARX, 1996, p.431-432)

Marx não conseguia ver uma relação entre o capitalismo e o escravismo na acepção da palavra, mas avalio que sobre o trabalho de Donana a exploração não encontra explicação nem na mais-valia absoluta, nem na relativa, pois ela, apesar de assalariada, serviu àquela família todas as vinte e quatro horas dos dias de sua vida, como uma herança da escravidão.

Donana de tanto conviver com aquela família herdou sonhos capitalistas a seu modo: ter um filho “deplomado” e comprando seu carrinho; teve sua casa própria, mas continuou fazendo o que sabia bem: servir àquela gente. Aí me vêm as palavras do pai de Maria Alves, uma outra alfabetizanda do PBA: “muié não serve pra estudá, muié serve os outro”. E como uma maldade do destino, segue a história de tantos homens que ficaram “enterrados” nas fazendas servindo... servindo...

João Rodrigues de Oliveira, 69 anos, nasceu em “Asvesso prá cá de Conceição” na zona rural de Rubim, na Fazenda Itamarati, onde não tinha colégio, “não tive oportunidade”, sempre trabalhou na roça, ficou lá até os 65 anos. Conheceu a esposa na fazenda vizinha, tiveram quatro filhos. Todos estudaram. “Esta é a primera escola”, referindo-se a sala do PBA, escreve o nome e diz “mal, mal conheço oguma letra”. [...] Romildo Oliveira Santos, 37 anos, nasceu na “Fazenda Guaraciaba do Frederico” e tinha dezesseis irmãos, não tinha colégio na fazenda e desde pequeno trabalha “puxando, carreando boi, levando leite em estrada”. Morou lá até os 15 anos e não sabia ler e escrever. Foi para São João Del Rei porque um irmão morava lá numa outra fazenda. Ficou por lá trabalhando até os 17 anos. Depois foi para Porto Seguro para a fazenda São João onde trabalhou até os 22 anos. Depois veio para Rubim, para a “fazenda Sempre Viva, fazenda de Iracema, fazenda Serra do Nelson Alves, fazenda Lagoa Grande” onde está até hoje. Só podia trabalhar na roça “pruque na rua ixige estudo e nunca ia te sirviçu”. Casou duas vezes, com a primeira esposa teve dois filhos que estão estudando. (Anotações retiradas do diário de campo, feitas em 26 de julho de 2010)

Um caminho forjado por acontecimentos produzidos por linhas que se cruzam, a história de Donana se faz pela história dos outros. É a “história da verdade” de acordo com a qual, como pensa Foucault (2004), o sujeito se constitui pelos “jogos de verdade” assujeitando-se, sendo a verdade instituída e desinstituída por meio de práticas. Quais “jogos de verdade” estavam presentes na história de Donana? Nas relações consigo mesma e em relação à cultura e que a tornaram sujeito? Quais jogos de verdade estão em mim que escrevo esta tese tendo outras referências para a vida?

Desencontros com a escola: a vida produzindo subjetividades

Ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação. E trata-se de cavar, de continuar a cavar, a partir do ponto mais baixo: este ponto... é simplesmente lá onde as pessoas sofrem, ali onde elas são as mais pobres e as mais exploradas; ali onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação e onde, no entanto, ele existe; pois tudo isso é a vida e não a morte. (NEGRI *apud* PELBART, 2001, p. 6)

Girando o caleidoscópio lentamente assisto a belos efeitos visuais. A cada movimento formam-se combinações variadas de histórias, lugares, pessoas...

Poté é um município de Minas localizado no vale do Mucuri, seu território é contemplado por parte da Mata Atlântica. Antes de sua fundação a região era habitada por índios de origem tupi, os potenis. No tempo da colonização o cacique era chamado de Poté, herdando o nome do ribeirão que passa próximo à cidade - Poté⁷.

Lá conheci, numa turma do PBA que funciona num asilo, Dona Maria José, pessoa de 65 anos moradora desta casa de abrigo há 11 anos, que não estudou quando menina porque não tinha colégio e foi cozinheira em casa de família, e Dona Maria Batista de 71 anos, que não estudou quando menina porque tinha que “ficar oiando as criança pequena”, via todos os dias a meninada ir para a escola, mas sua “obrigação” era outra, segundo suas palavras. Esta me disse, com os olhinhos apertados num sorriso: “o pensativo não dá prá gente tê, a gente aprende uma cosa e pensa outra...” respondendo sobre o que estava aprendendo na sala de alfabetização. Teve 11 filhos e todos estudaram.

Ficava o tempo todo balançando o corpo franzino como se estivesse numa cadeira de balanço. Lembrei-me de quando tive minhas filhas, e ficava ninando-as com esse movimento repetitivo inclusive quando estavam no berço, e eu ficava conversando com as pessoas: era muito *sui generis*. Entendi bem Dona Maria Batista, 11 filhos, muitos embalos e hoje seu corpo pendular quer recordar-se desse tempo. Segundo fala da enfermeira cuidadora dos idosos, que nem queria que eu a entrevistasse: “ela não é muito boa do juízo, chegou aqui com o laudo de esquizofrênica”.

Considerada como louca pela enfermeira cuidadora e na lógica de que o louco já não possui o domínio de si, está entregue aos olhos e vontades alheias, torna-se uma ameaça à razão. Isso impede que vejam sua pessoa antes de apenas conseguirem enxergar sua “doença”. Isto me faz questionar: como se dão os instrumentos de poder, as táticas deste saber que se estende à psiquiatria e técnicas de asilamento numa relação do dominante e mestre da loucura para com o adestrando, o doente, o louco?

⁷ Poté em tupi pode significar abelha negra que inclusive está representada na bandeira do município, ou caramujo de água doce, origem mais provável para o nome do rio, já que àquele tempo, segundo depoimentos dos cidadãos, era muito comum encontrar, às margens do Ribeirão Poté, uma espécie bem peculiar de caramujo negro.

Para Pelbart (2000) o esquizo é um personagem conceitual e o esquizofrênico é uma entidade clínica. No esquizo a produção é desejante, estado intensivo, que ao operar devires abre o corpo para novas produções. No esquizofrênico esse processo se infinitiza, ocasiona o imobilismo, levando o “fluxo da loucura” (processo) desembarcar na própria loucura (na parada deste processo tornado perene).

Pelbart em seu texto “Exclusão e biopotência no coração do Império”, ao nos contar a história de Kafka sobre os nômades e a muralha que um Imperador chinês mandou construir, destaca que na muralha, entre um bloco e outro da construção, permitia-se, por vezes, quilômetros de extensão sem proteção. Muralha construída para resguardar o Império da presença dos nômades, mas eis que eles já estão no coração do Império, acampados em frente ao palácio real, nos remetendo a esta reflexão sobre a lei dos nômades com esquiza:

Por que esquiza? Talvez pela maneira de ser do esquizo, semelhante ao do nômade. Pois um esquizo está presente e ausente simultaneamente, ele está na tua frente e ao mesmo tempo te escapa, sempre está dentro e fora, da família, da cidade, da cultura, da linguagem, ele ocupa um território mas ao mesmo tempo o desmancha, dificilmente entra em confronto direto com aquilo que recusa, não aceita a dialética da oposição, que sabe submetida de antemão ao campo do adversário, por isso ele desliza, escorrega, recusa o jogo ou subverte-lhe o sentido, corrói o próprio campo, desterritorializa-o. O nômade, como o esquizo, é o desterritorializado por excelência, aquele que faz dessa mesma desterritorialização um território subjetivo. (PELBART, 2001, p.01)

A sala provocava nelas (Maria José e Maria Batista) a alegria de naquele horário não estarem na cama dormindo a base de sedativos, ou desnorteadas sem saber o que fariam com o tempo do dia. A alegria de ver as alfabetizadoras que vinham do lado de fora e de saber as novidades, agitava a paisagem, já que as janelas do asilo davam para um brejo de lugar nenhum.

Essa subjetividade, entendida como emergência histórica de processos rizomáticos conectados a questões culturais, sociais, econômicas e outras, delineava para seus cotidianos uma forma de existência. A ideia do senso comum sobre subjetividade que se circunscreve a interioridade identitária cede lugar à

processualidade em permanente transformação e à pluralidade de sua constituição. E para a análise deste acontecimento diário da sala há a necessidade de se perceber quais são os processos múltiplos que o constitui, ou como nos diz Foucault a “desmultiplicação causal” (2003, p.339). Ali naquele espaço da sala talvez não houvesse a intensão de aprenderem a ler, nem de saber sobre seus desempenhos cognitivos. O que importava para elas a demanda do MEC por um resultado operativo de saberem ler e escrever? Ali, a sala representava a vida deixada lá fora há muito tempo, mas que se fazia presente com toda sua intensidade, desde a preparação ao se arrumarem para a “aula”, a mudança do espaço do dormitório pela sala de estar, a transformação que se operava no ritmo cadente de seus dias, apesar da sala também fazer parte dessa repetição cotidiana de uma mesma ação. Quais seriam as conexões ético-políticas que fariam com aquele território que há décadas desabitaram?

Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos [...] Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos. (FOUCAULT, 1995, p. 239)

Outro giro no caleidoscópio, Palmópolis município do baixo Jequitinhonha, cidade mineira limítrofe com os estados da Bahia e Espírito Santo, elevada à categoria de município em 1992.

Esta região do norte e nordeste de Minas é muita extensa. E muitos municípios foram criados na década de 1990, antes da redação da Emenda Constitucional (EC) nº 15 de 1996 que altera o art. 18, § 4º da CF que estabeleceu critérios para a formação de municípios, sendo um deles, inclusive, o plebiscito.

Dessa forma, em um período inferior a cinco anos, esta região de Minas Gerais elevou o seu número de municípios e, poderíamos pensar, conseqüentemente, as suas “cidades”, para mais de 100,6% (cem ponto seis por cento), segundo Pereira e Almeida (2006), um crescimento que certamente contribuiu para a sua inclusão no rol das regiões com índice de urbanização elevado.

Estas autoras (2006, p.20) consideram como uma área urbana:

Todo aglomerado permanente cujas atividades não se caracterizam como agrícolas, as grandes concentrações das atividades terciárias públicas e privadas do aglomerado e a forma contínua dos espaços edificados onde se dá a proximidade das atividades são atributos que permitem caracterizar o termo cidade.

Ambas as autoras, ao fazer uma leitura desta região mineira, afirmam que a região e a maioria das cidades são tipicamente caracterizadas por funções rurais, com a agropecuária e os cultivos de subsistência. Dessa forma, elas garantem que:

As atividades tipicamente urbanas se concentram em determinados municípios, enquanto outros, principalmente municípios emancipados na década de 1990, permanecem praticamente estagnados e com uma economia ligada a atividades agropecuárias. (PEREIRA; ALMEIDA, 2006, p.22)

A história de Palmópolis está intimamente ligada ao rio Jucuruçu. A barra do rio Jucuruçu era segura e as terras da região férteis e de qualidade, assim informam seus cidadãos, que tinham no rio o escoadouro da grande produção de farinha e frutos diversos que ganhavam o mar em direção às cidades da Bahia e Rio de Janeiro. Hoje, o estuário do rio Jucuruçu é relevante pela sua biodiversidade e nele está localizado o único porto dos barcos que saem para a pesca no alto mar. Sua importância para o município se percebe quando as autoridades mencionam a luta para formar um comitê da bacia hidrográfica do rio.

Maguidá me recebeu com muita animação. Professora da rede pública, também era coordenadora popular do PBA em Palmópolis. Mostrava-me relatórios, dados, números. Falava sem parar sobre o interstício do ano letivo da sala de alfabetização por causa da colheita do café no Espírito Santo em maio e em junho todo por causa das festas juninas, quando então os alunos “somem” das salas. Mostrava-me fotos da quadrilha dos alunos do PBA. E assisti num vídeo a apresentação. Lenço no pescoço, amarelo e verde, chapéu de palha azul claro com fita rosa com acabamento em flor e trancinhas saindo do interior do chapéu. Faces pintadas com ruge salpicadas de pontinhos pretos. Roupas muito floridas num desencontrar de estampas e cores, por vezes brincos. Na frente da quadrilha ia a noiva de braços dados com o noivo. Casal por casal entrando na quadra de esportes da cidade, cheios de misancenens, calças remendadas, trejeitos e requebros, uns sem jeito a obedecer ao comando da alfabetizadora popular que com o microfone ia anunciando a quadrilha: “olha a chuva; caminho da roça; olha o túnel; grande

roda.” Uns fingindo de bêbados, recontorcidos sobre o corpo, outros com cigarrinho de palha no canto da boca e a alfabetizadora narrando: “se guia Almerinda, Valdeci não se aguenta nas pernas”. E agora “olha o baile” e como num minueto se juntava cada casal perfilado frente a frente de mãos dadas e se afastavam fazendo rapapés e treme leques. E a vez da troca dos chapéus? Que confusão! Muito engraçado. E dizia a alfabetizadora popular: “Eta Maguidá, “o negócio tá bom”!”. (Anotações retiradas do diário de campo, feitas em 23 de julho de 2010)

E, afinal, para que discutirmos sobre continuidade de estudos se a turma era presente à sala, “não faiava” como me contou uma aluna, Maria Minervina, e já estavam juntos há, pelo menos, mais de 2 anos? O que importa é falar sobre a vida. A sala é o motivo de saírem de casa à noite. Passar pela praça onde *trailers* com mesinhas e telas de televisão levam a cultura de massa para o lugarejo. E chegar à sala para prosearch sobre seus cotidianos e rirem dos “causos”, num contínuo desencontro com a escola. Na contramão do esperado, criando possibilidades outras, subjetivando a vida, porque qualquer mudança social passa por essa produção viva e mutante de subjetividades.

Mas eis que o caleidoscópio se move para Carlos Chagas, município brasileiro do estado de Minas Gerais, pertencente à microrregião de Nanuque e mesorregião do Vale do Mucuri.

Depois da visita a duas salas em locais diferentes e de observar os sobrenomes de muitos alunos: Wan Der Maas, Junker, Vagenmaker, Vermelheur, Kretli, etc... perguntei ao coordenador popular que me acompanhava a origem destes alunos. E ele me contou que quando houve a construção da estrada de rodagem Santa Clara, lá nos idos de 1852, criaram a Colônia Militar Urucu (próxima à nascente do rio Urucu) para proteger os trabalhadores dos ataques dos índios. Com a chegada de colonos europeus para o Mucuri, aos holandeses foram designadas as terras próximas à Colônia Militar, daí a origem destes sobrenomes.

A segunda sala de alfabetização visitada ficava no Salão Comunitário São José, onde também funcionam: a Pastoral da Criança, e os programas Leite pela vida e Cidadão Nota Dez. Luzia Henrique Souza Pereira, a alfabetizadora popular, tinha na ocasião 60 anos e o ensino médio. Lecionou seis anos na zona rural e lecionou também

no MOBRAL. Parou no 2º ano Normal, concluindo o ensino médio no ensino regular. Figura respeitada pela comunidade, está sempre caminhando na cidade com livros e pastas que traz abraçados junto ao corpo. - É uma pessoa “sabida”, comentam os alfabetizandos.

É uma pessoa que aposta no coletivo, porque resistir se torna uma ação política, à medida que ela recusa o individualismo e investe nos encontros.

[...] fazendo circular as invenções microssociais de novas formas de vida que não se revertem em regras universais obrigatórias. A regra universal, ao pretender englobar a totalidade dos indivíduos, comprometendo-os com a obediência, simplesmente inviabiliza o contato com a diferença e com a criação de novas possibilidades de existir. (MANSANO, 2009, p. 114)

De que maneira ignorar todas essas vivências? Durante o trabalho para o qual fui contratada pelo MEC, muitas questões ainda me vinham: saí da capacitação-seleção em Brasília toda animada por poder levar a estes longínquos rincões a proposta da continuidade de estudos; entrei em conflito com minhas “certezas” sobre a educação escolar levar à felicidade, pois acreditava que o conhecimento liberta; questionei-me sobre outras formas de educação que vivenciej, tanto informais como não formais. Mas foi a análise que fiz desta trajetória durante a escrita da tese, a releitura dos depoimentos que colhi o amadurecimento ao atravessar leituras acadêmicas com meus estranhamentos e o difícil exercício de ver os acontecimentos por outros prismas, que construiu o desterritorializar de minhas ideias, não porque tenha me feito ver outras possibilidades, mas também e, principalmente, porque me colocou muitas outras questões e a impossibilidade de respondê-las me deu a dimensão da vida.

A Coordenadora de turma voluntária Ofélia, mulher decidida, daquelas morenas grandes e fortes que se arrumam, possui umas terras, segundo sua fala e tem um carro tipo camionete, que nos transportou para as visitas, falava muito do teste “cognitivo” de entrada. Na ida para a zona rural pude apreciar, passando de cancela em cancela pelas fazendas, a natureza que se apresenta sempre mestra, nos ensinando pelo simples fato de a observarmos. Mesmo com essa estiagem, aonde o gado sente a falta do capim fresco, aquela calma me faz bem e é de uma beleza... Garças, marrecos e

bois convivem em pasto aberto. Na porta da casa da alfabetizadora, conversando com sua família, de repente me sinto observada e olho para cima de uma pequena colina, lá estão bois e vacas imóveis nos espreitando como que escutando os ecos de nossa conversa. As plantações de cana e eucalipto são grandes, também observei plantação de café, mamão e hortaliças. No radinho de pilha tocando uma música de Pereira da Viola, compositor da região. (Anotações retiradas do diário de campo, feitas em 24 de agosto de 2010)

Aboiador de viola/Passava o tempo lá fora/Ouvindo o vento cantor/Passava horas e horas/Colhendo a lua de amora/Por cima de um pé de flor/Contava estrelas bordadas/Nos mares onde a boiada/Vagava por entre as cores/Ninguém sabe onde mora/E estrela que ilumina/A estrada que foi embora/Revela cenas bovinas/A vida voz na campina. Aboiador de viola,

Pereira da Viola.

Considerações Finais

Pude constatar que o PBA, que foi criado como instrumento de política pública para a alfabetização, política esta que corresponde a direitos assegurados constitucionalmente e que, também se afirma graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, não dá conta de seus propósitos, necessitando de um guarda chuva de políticas outras, mas suscita possibilidades de encontros, subjetivando vidas.

Termino este texto expressando minha gratidão aos moradores do Mucuri e Jequitinhonha que me fizeram acreditar na possibilidade de uma linguagem que não conhece o alfabeto, que resiste e sobrevive.

Hoje, no Brasil, treze milhões de brasileiros não sabem ler e escrever...

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996.** [Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal.](#) Diário Oficial da União, Brasília, 13 de setembro de 1996.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural.** 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.

DELEUZE, Gilles. **Critique et clinique**. Paris: Minuit, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias del yo y otros textos afines**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1990.

_____. *Theatrum Philosophicum*. Em: _____. **Dits et écrits**: Vol. I. Paris: Quarto Gallimard, 2001.

_____. **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977 – 1978). São Paulo: M. Fontes, 2008.

_____. É inútil revoltar-se? Em: _____. **Ética, sexualidade, política**: ditos e escritos. Vol. II. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. Em: **Ditos & Escritos V** - Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. O sujeito e o poder. Em: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (orgs.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Ditos & Escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. 4. ed. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LECHUGA, Graciela. **Foucault**. México: UAM, 2007.

LINHARES, Célia. **Experiências instituintes**. 2004. Disponível em: <www//aleph.org.br> Acesso em: 28 maio 2012.

LOURAU, René. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LUGAR nenhum na África. Roteiro e Direção: Caroline Link. Alemanha: [Bernd Eichinger](#), 2001 [produção]. 1 filme (141 min), 35 mm, col.

MACHADO, Leila Domingues. **O desafio ético da escrita**. Rio de Janeiro: Psicologia & Sociedade, n. esp., 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Tomo 2. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MANSANO, Sonia Regina Vagas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, 8(2). p.110-117. 2009.

PELBART, Peter Pál. Subjetividade Contemporânea. Em: _____. **A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PELBART, Peter Pál. 2001. Exclusão e biopotência no coração do Império. Seminário: "Estudos Territoriais de desigualdades sociais", 16 e 17 de maio de 2001. **Centro de Estudos Desigualdades Sócio territoriais**. Pontifícia Universidade Católica PUC SP. Disponível em: <<http://www.cedest.info/artigos.html>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de (orgs.). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2006.

ROSA, João Guimaraes. A Terceira Margem do rio. Em: _____. **Primeiras Estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

VEYNE, Paul Marie. Foucault revoluciona a história. Em: _____. **Como se escreve a história**. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

Data de envio: 14 de setembro de 2017

Data de aceite: 01 de dezembro de 2017